



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO N.º 32.640/2016-e

PARECER N.º 201/2019–G3P

EMENTA: Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF. Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF). Representações de empresas. Não conhecimento e improcedência de representação. Pedidos de Reexame. Não conhecimento. Novas representações. Não conhecimento. Improcedência. Representação da empresa RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI, com pedido cautelar. Instrução pugna pelo não conhecimento. Parecer divergente do Ministério Público de Contas. Pelo conhecimento das peças protocoladas pela empresa representante para, no mérito, negar o pedido liminar por ela formulado.

Retornam os autos ao Ministério Público de Contas para exame de admissibilidade de medida cautelar, com pedido de liminar, formulada pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** (e-DOC 350BF130-c; Peça n.º 312), apontando possíveis irregularidades no Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF**, conduzido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal (PAE-DF).

2. Na peça em apreço, a empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** alega que “(...) a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio do seu Pregoeiro, está atuando ao arrepio da legislação que rege a espécie ao dar prosseguimento ao certame de que trata o Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016”, uma vez que “(...) pende de exame de mérito o recurso de reexame interposto pela requerente no âmbito dessa Corte de Contas” (fl. 04 da Peça n.º 312).

3. Destaca que o Tribunal, ao examinar Representação apresentada pela citada empresa contra o referido certame (e-DOC 35622A33-c; Peça n.º 245), exarou a **Decisão n.º 5.988/2018** (e-DOC 79A8CD98-e; Peça n.º 256), conhecendo daquela peça para, no mérito, considerá-la **improcedente**, uma vez que a exigência de registro das licitantes interessadas no objeto do certame no Conselho Regional de Nutrição prevista para fins de qualificação técnica (item 11.1.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF) estaria amparada pelas Leis n.º 8.234/91 e n.º 5.276/67, combinadas com a Resolução CFN n.º 603/2018, que regulam as atividades privativas do profissional nutricionista, reconhecendo os Conselhos Federal e os Regionais de Nutricionistas como instituições competentes para fiscalizar o exercício da profissão e proceder ao registro do atestado de capacidade técnica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

4. A empresa afirma que teria interposto Recurso de Reexame contra a citada **Decisão n.º 5.988/2018**, cujo “(...) *apelo ainda não teve examinada a sua admissibilidade*” (fl. 02 da **Peça n.º 312**), razão pela qual entende que **o imediato exame, em caráter de urgência, mostra-se medida indispensável para conferir regularidade ao certame** questionado, uma vez que “(...) *teria evitado os desdobramentos levados a efeito pela Secretaria de Estado de Educação referentes ao Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016*” (fl. 12 da **Peça n.º 312**).

5. Após transcrever excerto das manifestações do Pregoeiro da SE/DF em resposta aos recursos administrativos interpostos por outros licitantes interessados no objeto do certame (fls. 02/03 da **Peça n.º 312**), a empresa representante apresenta os fundamentos legais para a concessão da medida cautelar pleiteada – *da força cogente do efeito suspensivo; da tempestividade; da legitimidade; da urgência; da grave lesão ao erário; do interesse público e do risco à ineficácia da decisão de mérito* (fls. 04/12 da **Peça n.º 312**), concluindo que o certame se encontra “(...) *em franco prosseguimento, mesmo existindo nesse Tribunal de Contas recurso interposto que pende de exame o seu mérito*” e, nesse sentido, revela-se “(...) *imperiosa a concessão da liminar pleiteada, sob pena do risco de ineficácia da decisão de mérito que vier a ser adotada, bem assim, da ofensa que está sendo promovida à força cogente do efeito suspensivo ao interesse público e à proposta mais vantajosa para a Administração*” (fl. 12 da **Peça n.º 312**).

6. Por fim, requer “(...) *com a urgência que o caso requer, visto que, para os lotes 02 e 03, consta a seguinte mensagem ‘ESTE PREGÃO FOI REAGENDADO PARA 19/03/2019’: I - receba e ordene o processamento da presente medida cautelar decidindo com a urgência que o caso requer; II - conceda, INAUDITA ALTERA PARTE, a liminar pleiteada, consistente em determinar a Secretaria de Educação do Distrito Federal e ao Pregoeiro que se abstenham de dar prosseguimento ao certame referente ao Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016, até decisão de mérito do recurso interposto contra os termos da Decisão n.º 5.988/18; e, caso tenha praticado qualquer tipo de ato referente a esse certame, após essa decisão, torne-o sem efeito, disso dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis aos responsáveis; III - no mérito, confirme a liminar concedida e, assim, determine a anulação de todos os atos que foram adotados com amparo na Decisão n.º 5.988/16, antes do exame de mérito do recurso interposto contra essa decisão; IV - dê ciência a requerente das decisões que vierem a ser adotadas em relação a essa medida cautelar*” (fls. 12/13 da **Peça n.º 312**).

7. Em apertada síntese, a Unidade Técnica observa que o ponto fulcral da presente Representação cinge-se à possível prejuízo decorrente da continuidade do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF**, em face de pendência na análise de mérito de Recurso de Reexame interposto pela empresa representante contra os termos da **Decisão n.º 5.988/2018**, cujo resultado poderia reformar a citada decisão.

8. Todavia, ao examinar as peças constitutivas dos autos, a Secretaria de Acompanhamento aponta que, desde a promulgação da **Decisão n.º 5.988/2018**, nenhum recurso foi interposto pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, não tendo a citada empresa apresentado documentação capaz de comprovar que o mencionado Recurso de Reexame tenha sido protocolado na Corte de Contas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

9. Nesse contexto, entendeu que a presente Representação **não merece ser conhecida**, vez que desprovida de indícios de ilegalidade ou irregularidade a merecer a atuação do Tribunal, não atendendo, portanto, os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230, §2º, inciso III, do Regimento Interno do TCDF, **tendo os apontamentos apresentados pela empresa representante já sido objeto de análise e julgados**, quanto ao mérito, **improcedentes**, nos termos da **Decisão n.º 5.988/2018**.

10. Ao final, noticia que se encontram pendentes de apreciação a **Informação n.º 334/2018 – DIACOMP4** (e-DOC E1B9F9B6-e; Peça 272); a **Informação n.º 339/2018 – DIACOMP4** (e-DOC 3B5A00A8-e; Peça 279); a **Informação n.º 015/2019 – NUREC** (e-DOC 1439753A-e; Peça 293), que analisou o Pedido de Reexame desta mesma empresa contra os termos da **Decisão n.º 5.847/2018** (e-DOC ED9DCF5E-e; Peça 239); a **Informação n.º 042/2019 – DIACOMP4** (e-DOC 43DD3488-e; Peça 304), que trata do mérito do Pedido de Reexame interposto em face do **item I da Decisão n.º 4.707/2018** (e-DOC 6FB353447-e; Peça 183), conhecido pelo Tribunal pela **Decisão n.º 5.197/2018** (e-DOC DC03BFA4-e; Peça nº 199), sendo necessário o encaminhamento dos autos, posteriormente, ao NUREC para as devidas análises.

11. Isso posto, concluiu suas análises e ponderações sugerindo ao eg. Plenário:

“I. deixar de conhecer a Representação apresentada pela empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL – EIRELI, CNPJ n.º 06.350.074/0001-34 (e-doc 67596924-c, Peça 267), apontando possíveis irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016 – SUAG/SE-DF, conduzido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF, por não atenderem o requisito de admissibilidade previsto no art. 230, § 2º, inciso III do RI/TCDF;

II. tomar conhecimento da Informação n.º 334/2018 – DIACOMP4 (edoc E1B9F9B6-e, Peça 272), da Informação n.º 339/2018 – DIACOMP4 (e-doc 3B5A00A8-e, Peça 279), da Informação n.º 015/2019 – NUREC (e-doc 1439753A-e, Peça 293) e da Informação n.º 042/2019 – DIACOMP4 (e-doc 43DD3488-e, Peça 304);

III. autorizar:

a) a ciência da decisão que vier a ser proferida às Representantes, informando-lhes que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento com vistas ao NUREC para os devidos fins.”

12. Posteriormente, contudo, antes de a medida cautelar ora formulada ser apreciada, o Tribunal, nos autos do **Processo n.º 4.498/2019-e**, que também trata de Representações formuladas pelas empresas **G&E Serviços Terceirizados Ltda.** e **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** relativas às contratações emergenciais para prestação de serviços de manipulação e preparo de alimentos até a conclusão do **Pregão**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF, exarou a **Decisão n.º 875/2019 (e-DOC 25F099AF-c; Peça n.º 316)**, autorizando a juntada de cópia do Relatório/Voto do Relator daquele feito a estes autos, vez que tratam de assunto análogo (**e-DOC 92ED58AB-c; Peça n.º 317**).

13. Cumpre observar que, no citado **Processo n.º 4.498/2019-e**, o Conselheiro Manoel de Andrade, na condição de Relator, destacou que a **Decisão n.º 5.988/2018**, exarada nestes autos, considerou que “(...) a exigência relativa à obrigatoriedade de registro dos atestados de capacidade técnica no Conselho Regional de Nutrição se encontra em consonância com as **Leis n.º 8.234/1991 e n.º 5.276/1967**, combinadas com a **Resolução CFN n.º 603/2018**, e, por consequência, a exigência de registro dos licitantes no referido Conselho seria regular”.

14. No entanto, ao examinar a **Resolução CFN n.º 603/2018**, que dispõe sobre o registro nos Conselhos Regionais de Nutrição (CRN) de atestados de capacidade técnica de Pessoa Jurídica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição, o citado Relator observou que “(...) **tal exigência somente passaria a produzir efeitos, para as pessoas jurídicas não registradas no CRN do local onde ocorra a licitação, a partir de 120 (cento e vinte) dias úteis, a contar do dia 17 de dezembro de 2018, ou seja, apenas em junho de 2019**” (grifei), conforme se verifica no excerto do citado normativo, que peço vênha transcrever a seguir:

“ **Resolução CFN n.º 603/2018**

(...)

Art. 11. Quando se tratar de pessoa jurídica não registrada no CRN do local onde ocorra a licitação, e que vença o certame, fica obrigada a, no prazo de 30 (trinta) dias:

I. comunicar o fato ao Conselho Regional de Nutricionistas com jurisdição no local onde se realizarão os serviços descritos no objeto do certame.

(...)

*Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, **produzindo efeitos a partir de 90 (noventa) dias após sua publicação, 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 17 de dezembro de 2018** (Prazo prorrogado pela Resolução CFN n.º 607/2018) 120 (cento e vinte) dias úteis, a contar do dia 17 de dezembro de 2018 (Prazo prorrogado pela Resolução CFN n.º 613/2018), ficando, a partir de então, revogada a Resolução CFN n.º 510, de 16 de maio de 2012”* (Grifos do Relator do Processo n.º 4.498/2019-e).

15. Em face do exposto, tendo em conta a **Decisão n.º 5.988/2018** contemplar a adoção da **Resolução CFN n.º 603/2018** como fundamento para continuidade do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF**, vez que o normativo em comento teria sido editado justamente para disciplinar a exigência do registro de empresas no Conselho Regional de Nutrição para fins de licitação, o Relator entendeu que a aplicação dessa norma ao certame em exame deveria ser devidamente enfrentada nestes autos, ante a iminência de homologação



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

e assinatura de contratos, fato que “(...) *poderia consolidar dano irreparável ao interesse público, ao passo que limita a competitividade do certame com fundamento em norma ainda não eficaz e, via reflexa, alija direitos de participantes, que inclusive podem ofertar preços mais atrativos à Administração Pública*”.

16. Após a juntada do Relatório/Voto do **Processo n.º 4.498/2019-e** a estes autos (**Peça n.º 317**), por força da **Decisão n.º 875/2019** (**Peça n.º 316**), a empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** protocolou nova medida cautelar, com pedido de cautelar (**e-DOC 06F45916-c**; **Peça n.º 321**), agora para pleitear a suspensão do certame objeto do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** até exame de mérito de Pedido de Reexame que anteriormente teria formulado contra a então **Decisão n.º 5.847/2018** (**e-DOC ED9DCF5E-c**; **Peça n.º 239**), ressaltando que “(...) *embora diga respeito à Decisão n.º 5.847/18, tem o condão de abordar a matéria veiculada no item 1, alínea “a”, da Decisão n.º 5.988/18. Quer isso significar que o certame somente deve prosseguir quando essa Corte de Contas decidir o recurso afeto a Decisão n.º 5.847/18, uma vez que estão umbilicalmente ligados*” (grifo do original) (fl. 06 da **Peça n.º 321**).

17. Encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação, mediante **Despacho Singular n.º 163/2019–GCRR** (**e-DOC 9C94E4C3-e**; **Peça n.º 322**), passo a examinar, no atual momento processual, o mérito da medida cautelar formulada pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** contra a **Decisão n.º 5.988/2018** (**e-DOC 350BF130-c**; **Peça n.º 312**), além dos argumentos ofertados pela citada empresa em Pedido de Reexame protocolado contra a **Decisão n.º 5.847/2018** (**e-DOC 2A2451FC-c**; **Peça n.º 288**), posteriormente reapresentado, também como medida cautelar, com pedido liminar (**e-DOC 06F45916-c**; **Peça n.º 321**), análises que enfrentarão, ainda que de forma indireta, eventuais efeitos das manifestações contidas no Relatório/Voto emitido no **Processo n.º 4.498/2019-e** ao presente feito (**e-DOC 92ED58AB-c**; **Peça n.º 317**).

18. Oportuno registrar, preliminarmente, que, em linhas gerais, as medidas cautelares formuladas pela citada empresa trazem os mesmos argumentos, qual seja, **a ausência de manifestação da Corte de Contas quanto à admissibilidade dos Pedidos de Reexame interpostos** contra as **Decisões n.º 5.847/2018** e **n.º 5.988/2018**, asseverando que a falta de exame de mérito dessas peças recursais determinou a continuidade do certame regulado pelo Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** ao arrepio da legislação que rege a matéria, fato que, no entendimento da recorrente, pode resultar em grave lesão ao erário e ao interesse público, ante o risco de ineficácia das decisões recorridas.

19. No tocante à tempestividade das medidas cautelares, cumpre observar que o marco inicial para a contagem do prazo recursal do Pedido de Reexame contra a **Decisão n.º 5.847/2018** é a data de publicação do citado **decisum** no DODF, ocorrida em **14.12.2018**. Tendo em vista o prazo recursal permanecer suspenso durante o recesso regimental do Tribunal (entre **16.12.2018** e **14.01.2019**), o termo final para interposição do recurso seria **13.02.2019**. Assim, considerando que a peça recursal foi protocolada pela empresa em **28.01.2019** (**Peça n.º 288**), verifica-se que foi interposta dentro do prazo estabelecido no art. 34, combinado com o art. 47, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 01/94, evidenciando, portanto, a sua tempestividade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

20. Em relação à **Decisão n.º 5.988/2018**, cabe registrar que foi republicada para retificação no DODF em **18.01.2019** e, nesse sentido, o prazo final para interposição de recurso seria **19.02.2019**.

21. Importante ressaltar, contudo, que, ao contrário do afirmado pela empresa recorrente, **não consta dos autos nenhum Pedido de Reexame interposto** contra os termos da **Decisão n.º 5.988/2018** e, nesse sentido, **não merece prosperar a alegação de que resta pendente de exame de mérito desse reexame**, até porque, ao contrário do consignado pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** na medida cautelar protocolada no TCDF em **19.03.2019 (Peça n.º 312)**, inexistente peça recursal contra o referido **decisum** nestes autos.

22. Não é demais destacar, inclusive, que a empresa representante, na citada medida cautelar (**Peça n.º 312**), não apresenta documentos que comprovem que o mencionado recurso de reexame teria sido efetivamente protocolado na Corte de Contas. Assim, **não havendo tal peça recursal**, consequentemente, **inexistentes ilegalidades ou irregularidades a serem revertidas**, haja vista os apontamentos apresentados pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, na forma de denúncia contida em Representação (**e-DOC 35622A33-c; Peça n.º 245**), foram devidamente apreciados, quando o Tribunal **decidiu, no mérito, pela improcedência dos questionamentos levantados**, conforme explicitado na **Decisão n.º 5.988/2018**, tendo em conta as previsões contidas na Lei n.º 8.234/1991 e na Lei n.º 5.276/1967, combinadas com a Resolução CFN n.º 603/2018.

23. Todavia, embora referida medida cautelar, a princípio, não atenda aos pressupostos de admissibilidade estabelecidos no art. 230, §2º, inciso III, do Regimento Interno do TCDF, o certo é que a licitante é legítima interessada no resultado das deliberações emanadas pela Corte de Contas em relação ao certame em tela e, nesse sentido, ante a real possibilidade de prejuízos injustificados aos cofres públicos, entendo prudente enfrentar o mérito das questões suscitadas nos pedidos liminares trazidos aos autos.

24. Em linhas gerais, verifica-se que as peças formuladas pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** – *Pedido de Reexame contra a Decisão n.º 5.847/2018 (Peça n.º 288)* e *Medidas Cautelares, com pedido liminar para suspensão imediata do certame (Peças n.º 312 e n.º 321)*, trazem argumentos análogos, qual seja, **possível restrição à competitividade do certame em razão da exigência de apresentação de Certidão de Registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN) como forma de comprovação de habilitação técnica das empresas interessadas na execução do objeto licitado**.

25. No citado Pedido de Reexame, a empresa alega, em apertada síntese, que a determinação contida no **item III, alínea “a”**, da **Decisão n.º 5.847/2018**, para que a SE/DF exclua do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** “(...) os dispositivos que remetem à **exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica registrado no Conselho Regional de Administração (CRA)**” (grifei), vinculou a continuidade do certame ao cumprimento dessa determinação, consoante **item V, alínea “a”**, do mesmo **decisum**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

26. Segundo a recorrente, a “(...) exclusão da exigência de apresentação/comprovação do registro de atestados de capacidade técnica operacional da empresa junto ao CRA, em verdade, está direcionando o certame para pouquíssimas empresas e, assim, restringindo-se a competitividade. ISSO PELO SIMPLES FATO DE PERMANECER A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO/APRESENTAÇÃO DE REGISTRO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA JUNTO AO CRN. UMA COISA É EXIGIR A COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA JUNTO AO SEU CONSELHO PROFISSIONAL RESPECTIVO, PARA FINS DE COMPROVAR A CAPACIDADE PROFISSIONAL DA EMPRESA. OUTRA SITUAÇÃO É EXIGIR O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS SIMILARES JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS” (grifos do original) (fls. 11/12 da [Peça n.º 288](#)).

Análise

27. Inicialmente, reproduzo os termos do art. 30 da Lei n.º 8.666/1993 que disciplina a matéria no âmbito das contratações públicas, senão vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994); (...)” (Grifei).

28. Inúmeros precedentes do Tribunal de Contas da União indicam que o registro de atestados técnicos em conselhos profissionais, só é admissível no caso de atestados técnico-profissionais (pessoa física), sendo indevidos, portanto, atestados técnico-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

operacionais (capacidade empresarial). A esse respeito, transcrevo excerto do Voto condutor do **Acórdão n.º 7.260/2016–2ª Turma/TCU**¹, da relatoria da Ministra Ana Arraes:

“6. Nos termos constitucionais, em se tratando de qualificação técnica, as licitações públicas apenas devem requerer dos licitantes as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Nesse propósito, o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/1993 dispõe que as concorrentes devem comprovar aptidão para desempenho de atividade similar, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(...)

9. Na redação original, o inciso II do § 1º do art. 30 da Lei 8.666/1993 trazia o detalhamento dos requisitos para capacidade técnico-operacional, concernente à aptidão da empresa para prestação dos serviços. Todavia, como destacado na transcrição acima, o dispositivo foi vetado pelo então Presidente da República.

10. Por conseguinte, no texto vigente, a verificação da habilitação técnica a partir de atestados devidamente registrados nas entidades profissionais competentes deve ser entendida como exigência limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

(...)

12. Assim, na aferição da capacidade técnica das pessoas jurídicas, é indevida a rejeição de atestados técnicos que não possuam registro no conselho profissional.

13. Nada obstante, por exigir esforço interpretativo não imediato, é necessário ponderar que a questão não pode ser tida como manifesta irregularidade. Como consequência de errônea interpretação da norma, a exigência de registro no CREA dos atestados técnicos das pessoas jurídicas é recorrente em licitações públicas. Ocorre que, frequentemente, a obrigação tem pouca relevância, pois as licitantes utilizam-se de acervos técnicos dos profissionais a elas vinculados, que são sempre registrados no conselho profissional. Essa ponderação não se presta a afastar a irregularidade, mas deve ser considerada como atenuante à conduta do agente público” (Grifei).

29. Sobre a matéria, peço vênica reproduzir, ainda, excerto do **Acórdão n.º 2.208/2016–Plenário**², em que o TCU pacifica entendimento no sentido de que **não é**

¹ https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*/%20MACORDAO%253A7260%2520ANOACORDAO%253A2016/score%20desc.%20COLEGIADO%20asc.%20ANOACORDAO%20desc.%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue?uuid=59376670-560c-11e9-b5c3-41998529fe7a

² https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*/%20MACORDAO%253A2208%2520ANOACORDAO%253A2016/score%20desc.%20COLEGIADO%20asc.%20ANOACORDAO%20desc.%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue?uuid=d9d79a60-560d-11e9-a579-fdeef12640d4



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

admissível a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional prevista no art. 30, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 não se confunde com a capacidade técnico-profissional do inciso I do mesmo dispositivo legal, uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe (capacidade técnico-operacional), enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa (capacidade técnico-profissional).

“ **Acórdão n.º 2.208/2016–Plenário**

(...)

8. *Ao examinar o feito, entendi que merecia aprofundamento o tópico relativo à comprovação da qualificação técnica, uma vez que este envolveu questionamento acerca da norma editada pelo CFA, que passou a permitir o acréscimo do acervo do responsável técnico ao acervo técnico da empresa que ele viesse a integrar. Ante as eventuais repercussões da norma nos procedimentos a serem adotados em outros certames promovidos pela Administração Pública e da ausência de deliberações desta Corte tratando do tema, determinei o encaminhamento do processo à Selog para que a unidade se manifestasse sobre o assunto.*

9. *Quanto ao primeiro ponto da representação, a Selog concluiu que a empresa não atendeu ao item 7.2.3.3 do edital, visto que não fora apresentada comprovação de que uma das estagiárias componente da equipe técnica apresentava o nível de escolaridade exigido. Portanto, ratificou-se o entendimento da Secex/BA.*

10. *No que se refere ao segundo ponto, também foi confirmado o posicionamento da Secex/BA quanto à improcedência das alegações da representante. Segundo registrado na instrução, **não há fundamento para se aceitar a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, como permitido pelo CFA. Foi defendido que a capacitação técnico-operacional da empresa não se confunde com a capacitação do profissional, uma vez que a primeira abrange também as instalações, o aparelhamento, as metodologias de trabalho e os processos internos de controle de qualidade, entre outros aspectos. A unidade instrutiva considerou que, nesse contexto, não há garantia de que o simples fato de a empresa contar com o profissional irá resultar na execução satisfatória do serviço, já que outros fatores são necessários para a adequada prestação.***

11. *A unidade técnica ponderou que, no tocante às licitações públicas, a aplicação da norma pode resultar em afronta ao interesse público ante a possibilidade de que empresas tecnicamente despreparadas apresentem atestados de qualificação de titularidade de outra empresa em razão da transferência do profissional.*

(...)

16. *A qualificação técnico-operacional corresponde à capacidade da empresa, visto que o dispositivo que trata do assunto, o art. 30, inciso II, da*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

lei, refere-se a aspectos típicos desse ente, como instalações, equipamentos e equipe, in verbis:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

17. *Já a capacidade técnico-profissional relaciona-se ao profissional que atua na empresa, conforme expresso no art. 30, §1º, inciso I, da lei, que referencia especificamente o profissional detentor do respectivo atestado, nos seguintes termos:*

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

18. *É certo que os vetos presidenciais apostos na Lei 8.666/1993 dificultaram, à primeira vista, a visualização desses conceitos na referida lei. Todavia, há muito a jurisprudência desta Casa (vide Acórdão 1706/2007-Plenário) e a doutrina já deixaram clara a delimitação entre qualificação técnico-operacional e qualificação técnico-profissional.*

19. *Do ponto de vista prático, não restam dúvidas quanto à distinção desses dois institutos. A título explanatório, tomo emprestada a lição de Marçal Justen Filho, que coloca a questão com propriedade, nos seguintes termos:*

‘As diferenças derivam da distinta natureza das duas espécies de sujeitos, mas também da diversidade quanto à própria atividade envolvida. A qualificação técnico-profissional configura experiência do ser humano no desenvolvimento de sua atividade individual. É atributo pessoal, que acompanha sua atuação no mundo. O ser humano tem existência limitada no tempo, o que acarreta a transitoriedade de seus potenciais.

Já as organizações empresariais transcendem à existência limitada das pessoas físicas que as integram. Sua qualificação para o exercício de certo empreendimento decorre da estrutura organizacional existente. A substituição



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

de alguns membros da organização pode ser suportada sem modificações mais intensas do perfil da própria instituição. Aliás, a alteração da identidade de alguns sujeitos pode ser totalmente irrelevante para a identidade da organização em si mesma. Portanto, a experiência-qualificação empresarial pode ser mantida, ainda quando o decurso de tempo produza modificação das pessoas físicas vinculadas ao empreendimento. [JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª. ed. São Paulo: Dialética, 2000.]'

20. *A diferença na natureza dos dois conceitos e a distinção estabelecida em lei impedem que se efetue a junção de acervos. Portanto, resta nítido que não há fundamento legal e fático para que se promova o acréscimo do acervo da pessoa física ao acervo da pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação em licitações públicas, tal como permitido pelo o art. 2º, §3º, da Resolução Normativa CFA 464/2015" (Grifei).*

30. Na espécie, entendo que a exigência de qualificação técnica mantida no **item 11.1.3.1.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** quanto à apresentação de Certidão de Registro no CRN não fere a legislação de regência nem tampouco a jurisprudência pátria reinante. Vejamos a redação do referido item:

"11.1.3.1. Deverá ser apresentado para fins de comprovação de qualificação técnica:

11.1.3.1.1 Certidão de Registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN) de que a empresa está habilitada para desenvolver os serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, devendo disponibilizar e manter no seu quadro de funcionários, quando da assinatura do Contrato, 01 (um) profissional Nutricionista por lote de participação designado a acompanhar a execução dos serviços Coordenações Regionais de Ensino, observadas as seguintes condições:

- a) é vedada a indicação de um mesmo Nutricionista como Responsável Técnico por mais de uma empresa proponente;*
- b) o vínculo empregatício do profissional Nutricionista deve ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS), ou ficha de registro de empregado, ou contrato de prestação de serviço para o empregado, ou do Contrato Social no caso de ser Sócio ou proprietário;*
- c) os profissionais Nutricionistas devem estar devidamente registrados e em situação regular no CRN do Distrito Federal; e*
- d) a Certidão de Registro no CRN fora do Distrito Federal deverá estar devidamente visada pelo CRN do Distrito Federal, no ato da assinatura do Contrato.*

11.1.3.1.2 Do Atestado de Capacidade - Atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Nutrição (CRN) da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por este Conselho, que comprove ter a empresa executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, execução dos serviços de cocção de alimentos com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do efetivo previsto para cada lote que virá a concorrer. (referências legais: Resolução CFN n° 378/2005; Resolução n° CFN n° 510/2012)” (Grifei).

31. Oportuno trazer, ainda, as legislações expressamente citadas na **Decisão n.º 5.988/2018 (Peça n.º 256)**, sobretudo porque regulamentam a profissão de nutricionista em nosso país e fundamentaram, no certame em tela, a exigência de prévio registro das licitantes no Conselho Regional de Nutrição.

32. A **Lei n.º 5.276/1967**, que dispunha sobre a profissão do nutricionista e regulava o seu exercício profissional, foi revogada pela **Lei n.º 8.234/1991**, mantendo-se, contudo, sua essência quanto ao reconhecimento dos Conselhos Regionais de Nutrição como instituições competentes para fiscalizar o exercício da profissão e proceder ao registro do atestado de capacidade técnica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição, conforme se verifica no art. 5º da **Lei n.º 8.234/1991**, que assim dispõe:

“ **Lei n.º 8.234/1991**

(...)

Art. 5º A fiscalização do exercício da profissão de Nutricionista compete aos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, na forma da Lei nº. 6.583, de 20 de outubro de 1978, ressalvadas as atividades relacionadas ao ensino, adstritas à legislação educacional própria” (Grifei).

33. Por sua vez, as **Resoluções CFN n.º 378/2005 e n.º 510/2012**, referenciadas no **item 11.1.3.1.2** do Edital em exame, dispõem, respectivamente, acerca da obrigatoriedade do registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas e sobre o registro de atestados para comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição nos citados Conselhos, enquanto a **Resolução CFN n.º 603/2018**, indicada na **Decisão n.º 5.988/2018**, disciplina o registro de atestados de capacidade técnica de pessoa jurídica para fins de comprovação das previsões contidas na Lei Geral de Licitações.

34. Conforme apontado no Relatório/Voto emitido no **Processo n.º 4.498/2019-e**, a exigência de obrigatoriedade de registro dos atestados de capacidade técnica no Conselho Regional de Nutrição prevista na **Resolução CFN n.º 603/2018** somente passaria a produzir efeitos, para as pessoas jurídicas não registradas no CRN do local onde ocorra certame licitatório a licitação, a partir de **120 (cento e vinte) dias úteis**, a contar do dia **17 de dezembro de 2018**, consoante art. 15 da referida norma, ou seja, **passando a vigorar a partir de junho de 2019**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

35. Frise-se que o prazo em questão foi posteriormente prorrogado pelas **Resoluções CFN n.º 607/2018 e n.º 613/2018**, cabendo registrar, contudo, que a citada **Resolução CFN n.º 603/2018 e suas prorrogações de prazo foram finalmente revogadas pela Resolução CFN n.º 624/2018**, editada com o intuito de “(...) *adequar as normas no âmbito dos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN) para o atendimento ao disposto no inciso II do caput e inciso I, do § 1º, ambos do art. 30 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores*”³.

36. Todavia, independentemente dos normativos editados para disciplinar o registro de atestados de capacidade técnica de pessoa jurídica para fins da **Lei n.º 8.666/1993**, o fato é que a **Lei n.º 8.234/1991** **sobrepõe eventuais normas infralegais** e, nesse sentido, não resta dúvidas de que **competem aos Conselhos Regionais de Nutrição a efetiva fiscalização do exercício da profissão do nutricionista e o registro de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição**.

37. Dessa forma, considero que as manifestações trazidas do Relatório/Voto emitido no **Processo n.º 4.498/2019-e** para serem enfrentadas no presente feito não devem prosperar, uma vez que o prazo fixado na **Resolução CFN n.º 603/2018** e nas prorrogações objeto das **Resoluções CFN n.º 607/2018 e n.º 613/2018** se extinguíram com a revogação das citadas normas pela **Resolução CFN n.º 624/2018**, não devendo, portanto, repercutir no certame em exame.

38. Diante de todo o exposto, este representante ministerial entende que as exigências contidas no **item 11.1.3.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF**, questionadas pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, encontram-se em conformidade com a legislação que rege a matéria e em observância com a jurisprudência e doutrina afeta à questão, **não devendo prosperar a medida cautelar suscitada pela citada empresa, nem tampouco o Pedido de Reexame por ela formulado**.

Considerações adicionais

39. No sentir ministerial, a redação do **item 11.1.3.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** comporta temperamentos. O **primeiro ponto** a ser enfrentado se refere à disponibilização e manutenção de ao menos 01 (um) profissional nutricionista no quadro de funcionários da empresa licitante, quando da habilitação (**caput** do **item 11.1.3.1.1**).

40. Ora, injustificável tal exigência, uma vez que não se mostra indispensável à execução do objeto do presente certame que a empresa licitante interessada demonstre manter, em seu quadro funcional permanente, profissional para realização de atividades privativas do nutricionista, tais como gerenciamento, controle de qualidade, prescrição de suplementos nutricionais, elaboração de dieta complementar para alunos com especificidades alimentares e outras, haja vista tais atividades não serem realizadas de forma intermitente e contínua no decorrer do contrato, podendo a empresa demonstrar que terá esse profissional à sua disposição quando necessário para atender à demanda por esses serviços especializados da área de nutrição.

³ http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_624_2019.htm



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

41. Mantida a exigência de “(...) disponibilizar e manter no seu quadro de funcionários, quando da assinatura do Contrato, 01 (um) profissional Nutricionista por lote de participação designado a acompanhar a execução dos serviços Coordenações Regionais de Ensino” (**caput** do **item 11.1.3.1.1**), as licitantes interessadas deverão possuir, no momento de abertura do certame, pelo menos **04 (quatro) nutricionistas contratados**, o que pode restringir sobremaneira a competitividade desejada para obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração e, por consequência, o interesse público.

42. A supressão da exigência de profissionais na fase da habilitação é matéria pacificada no âmbito do TCDF. Cito, a título de exemplo, o entendimento contido nas **Decisões n.º 6.093/2016, n.º 5.797/2016, n.º 743/2016, n.º 489/2013, n.º 1.904/2013, n.º 5.068/2010** e outras, no sentido de determinar aos jurisdicionados a exclusão da exigência de comprovação de equipe de profissionais ao tempo da habilitação por onerar desnecessariamente os licitantes.

43. A exigência de comprovação de profissional especializado na fase de habilitação onera desnecessariamente os licitantes, desrespeitando, assim, ao disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993⁴ e à jurisprudência da Corte de Contas, devendo ser transferida para a fase de contratação da licitante vencedora.

44. Assim a exigência deve transferida para a fase de contratação da licitante vencedora. No mesmo sentido, o TCU, pelo Acórdão 526/2013 – Plenário, entendeu ser **“vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato, como a exigência que a licitante tenha em seu quadro de pessoal, no momento do certame, profissional com qualificação técnica para a execução do objeto a ser contratado, bem como certidão que comprove o tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços.”**

45. Nesse diapasão, este representante ministerial entende que a exigência em questão, ante a possibilidade de ofensa ao princípio da ampla competitividade prevista no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993, deve ser modificada de modo a exigir a demonstração da contratação do profissional somente quando da assinatura do ajuste.

46. O **segundo ponto** a ser ponderado está diretamente relacionado à inconformidade anterior e diz respeito à exigência contratação do profissional nutricionista com a empresa interessada no objeto licitado (**alínea “b” do item 11.1.3.1.1**).

47. O Tribunal tem entendimento pacificado de que a exigência de comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico com a licitante na fase de habilitação também

⁴ **Lei n.º 8.666/1993:** “(...) §1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

representa clara afronta aos artigos 3º, §1º, inciso I, e 30, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993, conforme se pode verifica nas **Decisões n.º 6.093/2016, n.º 5.979/2016, n.º 408/2015, n.º 6.345/2014, n.º 6.229/2014, n.º 184/2013, n.º 3.276/2012, n.º 2.755/2012, n.º 1.357/2012, n.º 54/2012, n.º 5.582/2010, n.º 5.068/2010, n.º 3.743/2010, n.º 351/2010, n.º 6.584/2009, n.º 4.074/2009 e n.º 3.181/2008**, posicionamento adotado pelo Plenário do TCU nos **Acórdãos n.º 727/2009, n.º 141/2008, n.º 597/2007 e n.º 513/2003**, vez que essa comprovação limita a competitividade do certame.

48. Nesse sentido, entendo que a exigência de “(...) *vínculo empregatício do profissional Nutricionista deve ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS), ou ficha de registro de empregado, ou contrato de prestação de serviço para o empregado, ou do Contrato Social no caso de ser Sócio ou proprietário*” (**alínea “b” do item 11.1.3.1.1**) pode ser mantida, desde que exigida no momento da contratação.

49. A questão, inclusive, se encontra sumulada no âmbito do TCU. A Súmula 272 dispõe que “**no edital de licitação é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato**”.

50. Por fim, o **terceiro ponto** se refere à exigência de que os atestados técnico-profissionais emitidos por Conselhos de outra região deverão ser visados pelo Conselho Regional do Distrito Federal para que tenham validade (**alínea “d” do item 11.1.3.1.1**).

51. Sobre a questão, trago à luz jurisprudência do TCU, no sentido de que “(...) *somente é lícito exigir que o atestado de capacidade técnica seja visado, reconhecido, autenticado ou averbado pelo conselho de fiscalização profissional se a legislação especial aplicável à atividade em questão previr que a entidade de fiscalização mantenha controle individualizado sobre cada trabalho realizado. O edital da licitação não pode conter exigências de habilitação técnica que não guardem correspondência com o regramento próprio da atividade demandada, sob pena de criar restrição arbitrária e indevida à participação de potenciais interessados*” (grifei) (**Acórdão TCU n.º 1.452/2015-Plenário⁵** – Relatoria do Ministro Marcos Bemquerer).

52. No caso vertente, verifica-se que a Lei n.º 8.234/1991, que revogou a Lei n.º 5.276/1967, ao regulamentar a profissão do Nutricionista, não estabeleceu o controle local individualizado da atividade profissional, sendo, no entendimento ministerial, injustificável tal exigência na fase de habilitação técnica.

53. Assim, considero que a exigência de que “(...) *a Certidão de Registro no CRN fora do Distrito Federal deverá estar devidamente visada pelo CRN do Distrito Federal*” (**alínea “d” do item 11.1.3.1.1**) não encontra amparo na Lei n.º 8.666/1993 e ultrapassa os limites estabelecidos na Lei n.º 8.234/1991, porquanto esses diplomas legais, embora tornem

⁵ https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-17017/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

compulsório o registro, não reportam ao requisito de validade erigido pela norma regulatória do exercício da profissão do nutricionista, devendo, caso necessário para atender à execução do objeto, ser transferida para a fase de contratação da licitante vencedora, ante a possibilidade de ferir a competitividade prevista no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei Geral de Licitações e Contratos.

Conclusões e sugestões

54. Conforme consignado anteriormente, o Órgão Ministerial considera que a exigência de comprovação de qualificação técnica por meio de registro da empresa no Conselho Regional de Nutricionista (**item 11.1.3.1.1**) não afronta as normas de regência, haja vista a **Lei n.º 8.234/1991** estabelecer, expressamente, que compete aos citados Conselhos a efetiva fiscalização do exercício da profissão do nutricionista e o registro de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição, encontrando-se, portanto, em estrita consonância com a previsão contida no art. 30, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993.

55. Assim sendo, entendo que as exigências fixadas no **item 11.1.3.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF**, questionadas pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, encontram-se em conformidade com a legislação que rege a matéria e em observância com a jurisprudência e doutrina afeta à questão e, nesse contexto, pugno no sentido de **negar as medidas cautelares suscitadas pela citada empresa** (**Peças n.º 312 e n.º 321**), sem prejuízo de negar provimento, ainda, ao **Pedido de Reexame** por ela formulado (**Peça n.º 288**).

56. Nada obstante, tendo em vista a revogação das **Resoluções CFN n.º 603/2018, n.º 607/2018 e n.º 613/2018** pela **Resolução CFN n.º 624/2018**, este representante ministerial considera que o prazo para obrigatoriedade de registro dos atestados de capacidade técnica nos Conselhos Regionais de Nutrição que passaria a vigorar somente a partir de junho de 2019, conforme apontado no Relatório/Voto emitido no **Processo n.º 4.498/2019-e**, anexado a estes autos para ser enfrentado, não mais subsiste, não devendo, portanto, repercutir no certame em exame, podendo ser mantidos os pressupostos estabelecidos na **Lei n.º 8.234/1991** quanto à competência desses Conselhos para fiscalização do exercício da profissão do nutricionista e registro de atestados de capacidade técnica.

57. Por outro lado, contudo, pelos motivos expostos anteriormente, considero que a redação do **item 11.1.3.1.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** deve ser revista no sentido de que sejam suprimidas da fase de habilitação devendo ser exigidas quando da celebração do ajuste.

58. Por fim, cumpre observar que, ao contrário do consignado no **Despacho Singular n.º 163/2019-GCRR** (**Peça n.º 322**), não se encontram pendentes de apreciação o **Pedido de Reexame** formulado pela empresa **G&E Serviços Terceirizados Ltda.** (**e-DOC C02C554A-c; Peça 190**) e documentos adicionais (**e-DOC 4AFC8EB0-c; Peça 197**), haja vista a **Decisão n.º 5.197/2018** (**e-DOC DC03BFA4-e; Peça 199**) ter conhecido as citadas peças e indeferido o efeito suspensivo ali pleiteado, em razão de sua concessão restabelecer medida cautelar já afastada anteriormente pela Corte de Contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

59. No tocante ao **Pedido de Reexame** formulado pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** contra a **Decisão n.º 5.847/2018** ([e-DOC 2A2451FC-c](#); [Peça n.º 288](#)), destaco que a análise de mérito das alegações trazidas pela licitante se faz no presente parecer, que submeto à apreciação do douto Relator.

60. No mais, apesar dos reiterados **Pedidos de Vista** protocolados pela empresa **G&E Serviços Terceirizados Ltda.** ([Peças n.º 294, n.º 295, n.º 301, n.º 303, n.º 307 e n.º 308](#)), a interessada não compareceu aos autos, até o presente momento, para exercer o direito à ampla defesa e ao contraditório que se propunha, não havendo, portanto, pendência de análise de peças recursais formuladas pela empresa em questão.

61. Em face de todo o exposto, este representante do **Parquet** especializado sugere ao eg. Plenário que:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Pedido de Reexame protocolado pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** contra a **Decisão n.º 5.847/2018** ([e-DOC 2A2451FC-c](#); [Peça n.º 288](#)), posteriormente reapresentado, na forma de medida cautelar, com pedido liminar ([e-DOC 06F45916-c](#); [Peça n.º 321](#));
 - b) da medida cautelar, com pedido liminar, formulada pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** contra a **Decisão n.º 5.988/2018** ([e-DOC 350BF130-c](#); [Peça n.º 312](#));
 - c) do Relatório/Voto emitido no **Processo n.º 4.498/2019-e** ([e-DOC 92ED58AB-c](#); [Peça n.º 317](#)), acostado ao presente feito em atenção à **Decisão n.º 875/2019** ([e-DOC 25F099AF-c](#); [Peça n.º 316](#));
- II. no mérito, **negue provimento** ao Pedido de Reexame e às medidas cautelares suscitadas pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, uma vez que os questionamentos formulados pela citada empresa contra as exigências contidas no **item 11.1.3.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** se encontram em conformidade com a legislação que rege a matéria, em especial pela **Lei n.º 8.666/1993** e pela **Lei n.º 8.234/91** (que revogou a Lei n.º 5.276/67);
- III. considere **insubsistente** o prazo estabelecido na **Resolução CFN n.º 603/2018** para que o registro de atestados de capacidade técnica das Pessoas Jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutrição passe a produzir efeitos, haja vista o citado normativo, bem assim as **Resoluções CFN n.º 607/2018** e **n.º 613/2018**, que prorrogaram o aludido prazo, **foram revogadas** pela **Resolução CFN n.º 624/2018**, não mais figurando no mundo jurídico;
- IV. determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que **altere a redação do item 11.1.3.1.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** no sentido de que as exigências de disponibilização e manutenção de ao menos 01 (um) profissional



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

nutricionista no quadro de funcionários da empresa (**caput**); de comprovação de contratação de profissional nutricionista com a empresa interessada no objeto licitado (**alínea “b”**); e de que os atestados técnico-profissionais emitidos por Conselhos de outra região sejam visados pelo Conselho Regional do Distrito Federal para que tenham validade (**alínea “d”**), sejam exigidas somente quando da assinatura do ajuste;

V. autorize:

- a) a ciência da decisão que vier a ser proferida à empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush(www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, com vistas ao Núcleo de Recursos daquela unidade para apreciação das peças recursais pendentes de exame.

É o parecer.

Brasília, 4 de abril de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador